Maxi educa

500 QUESTÕES

PC-AP

OFICIAL INVESTIGADOR DE POLÍCIA CIVIL



CADERNO DE TREINAMENTO

QUESTÕES GABARITADAS

DISPONÍVEL PARA DOWNLOAD

Maxi educa

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos
- Questões gabaritadas

Adquira agora o material completo.
www.maxieduca.com.br

SUMÁRIO

PC - AP

500 Questões Gabaritadas
Oficial Investigador de Polícia Civil

LÍNGUA PORTUGUESA
QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 43

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO
QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 13

NOÇÕES DE ESTATÍSTICA E ANÁLISE DE DADOS
QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 19

NOÇÕES DE CONTABILIDADE E ANÁLISE FINANCEIRA
QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 17

NOÇÕES DE INFORMÁTICA
QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 13

DIREITO PENAL E LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL
QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 14

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

DIREITO PROCESSUAL PENAL E LEGISLAÇÃO PROCESSUAL PENAL ESPECIAL

QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 15

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 13

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 14

DIREITO HUMANOS

QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 16

HISTÓRIA DO AMAPÁ

QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 11

GEOGRAFIA DO AMAPÁ

QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 8

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

QUESTÕES..... 1
GABARITO..... 8

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (CESGRANRIO - 2023)

Pix: é o fim do dinheiro em espécie?

O Pix muda a forma como realizamos transações financeiras. Representará realmente o fim do DOC e da TED? O boleto bancário está ainda mais ameaçado de extinção? E o velho cheque vai resistir a esses novos tempos?

Abrangente como é, o Pix pode reduzir ou acabar com a circulação das notas de real? Essa é uma pergunta sem resposta fácil. O fato é que o avanço das transações financeiras eletrônicas, em detrimento do uso do dinheiro em papel, pode ser benéfico para o Brasil, em vários sentidos. O Pix tem tudo para ser o empurrãozinho que nos falta para chegarmos a esse cenário.

E por que o dinheiro em espécie resiste? Talvez você esteja entre aqueles que compram no supermercado com cartão de crédito ou usam QR Code para pagar a farmácia. Mas a feira da semana e os churros na esquina você paga com “dinheiro vivo”, certo? Um dos fatores que escoram a circulação de papel-moeda no Brasil é a informalidade.

Atrelada a isso está a situação dos desbancarizados. A dificuldade que muita gente teve para receber o auxílio emergencial, durante a pandemia, jogou luz sobre um problema notado há tempos: a enorme quantidade de brasileiros que não têm acesso a serviços bancários. O pouco de dinheiro que entra no orçamento dessas pessoas precisa ser gasto rapidamente para subsistência.

Não há base financeira suficiente para justificar movimentações bancárias. Também pesa para o time dos “sem-banco” o baixo nível de educação ou a falta de familiaridade com a tecnologia.

O fator cultural também favorece a circulação do dinheiro em espécie. É provável que você conheça alguém que, mesmo tendo boa renda, prefere pagar boletos ou receber pagamentos com cédulas simplesmente por estar acostumado a elas. Para muita gente que faz parte dessa turma, dinheiro vivo é dinheiro recebido ou pago na hora. Não é preciso esperar a TED cair ou o dia virar para o boleto ser compensado. Isso pesa mais do que a conveniência de se livrar da fila da lotérica.

Embora o Brasil tenha um sistema bancário que suporta vários tipos de transações, o país estava ficando para trás no que diz respeito a pagamentos instantâneos. O Pix veio para preencher essa lacuna.

A modalidade permite transações em qualquer horário e dia, incluindo finais de semana e feriados.

Essa característica, por si só, já é capaz de mudar a forma como lidamos com o dinheiro, pois implica envio ou recebimento imediato: as transações via Pix são concluídas rapidamente.

É o fim do papel-moeda? Não é tão simples assim. O Pix não foi idealizado com o propósito exclusivo de acabar com os meios de pagamento e transferência atuais, muito menos com o papelmoeda, mas para fazer o sistema financeiro do Brasil evoluir e ficar mais competitivo.

Apesar disso, não é exagero esperar que, à medida que a população incorpore o sistema à sua rotina, o uso de DOC, TED, boletos e cartões caia. Eventualmente, algum desses meios poderá ser descontinuado, mas isso não acontecerá tão cedo — vide o exemplo do cheque, que não “morreu” com a chegada do cartão.

No caso das cédulas, especialistas do mercado financeiro apontam para uma diminuição de circulação, mas não para um futuro próximo em que o papel-moeda deixará de existir. Para que esse cenário se torne realidade, é necessário, sobretudo, atacar a desbancarização. O medo ou a pouca familiaridade com a tecnologia podem ser obstáculos, mas o Pix é tão interessante para o país que o próprio comércio incentiva o público mais resistente a aderir a ele.

ALECRIM, E. Disponível em: https://tecnoblog.net/especiais/ pix-fim-dinheiro-especie-brasil/. Publicado em novembro de 2020. Acesso em: 2 dez. 2022. Adaptado.

O verbo **implicar** assume diferentes sentidos, dependendo de sua regência.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (CESGRANRIO - 2024)

Um certo tipo de arroz integral orgânico contém 54 mg de magnésio em cada porção de 50 g.

Quantos miligramas de magnésio estão contidos em 75 g desse arroz?

(A) 50

(B) 54

(C) 75

(D) 81

(E) 100

2. (CESGRANRIO - 2023)

Considere que, em média, dois funcionários de um banco atendam 80 clientes em um período de 5 horas. O banco deseja montar uma equipe de funcionários para atender 500 clientes em, no máximo, 8 horas. Diante da média de atendimentos considerada e da intenção do banco, qual é o número mínimo de funcionários a serem utilizados na equipe?

(A) 5

(B) 7

(C) 8

(D) 10

(E) 20

3. (CESGRANRIO - 2023)

G máquinas idênticas imprimem G panfletos idênticos, em G dias, trabalhando G horas por dia. H máquinas idênticas às primeiras imprimem H panfletos idênticos aos primeiros, em T dias, trabalhando H horas por dia.

Portanto, T é igual a

(A) $\frac{H^2}{G}$

(B) $\frac{G^3}{H}$

(C) $\frac{H^3}{G^2}$

(D) $\frac{G^2}{H}$

(E) $\frac{G^2}{H^3}$

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (CESGRANRIO - 2021)

Um funcionário de um banco foi incumbido de acompanhar o perfil dos clientes de um determinado produto por meio da Análise de Dados, de forma a aprimorar as atividades de marketing relativas a esse produto. Para isso, ele utilizou a variável classe social desses clientes, coletada pelo banco, que tem os valores A, B, C, D e E, sem referência a valores contínuos.

Sabendo-se que essa é uma escala ordinal, qual é a medida de tendência central adequada para analisar essa variável?

(A) média aritmética

(B) média geométrica

(C) mediana

(D) quartis

(E) variância

2. (CESGRANRIO - 2024)

Uma pesquisa foi realizada com todos os 200 funcionários de uma empresa. Uma das variáveis a ser investigada é o número de dependentes por funcionário. Os dados sobre essa variável foram organizados e estão resumidos na Tabela a seguir.

Número de dependentes por funcionários

Número de dependentes	Frequência absoluta
0	20
1	40
2	50
3	60
4	25
5	5

Considerando-se essas informações, o percentual de funcionários dessa empresa que têm até 2 dependentes, inclusive, é igual a

(A) 60%

(B) 55%

(C) 50%

(D) 30%

(E) 25%

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (2019)

Os elementos técnico-conceituais contábeis indicam que a situação patrimonial de uma empresa é dada pelo confronto entre os totais de seus ativos e passivos.

Nesse contexto, a empresa apresenta uma situação de passivo a descoberto quando o valor

(A) da soma das obrigações apresentar valor inferior ao do conjunto de bens e direitos.

(B) da soma de bens e direitos for insuficiente para cobrir o valor dos compromissos.

(C) dos recursos totais aplicados superarem o montante do valor da soma das dívidas.

(D) total da soma dos direitos for em valor exatamente igual à soma de suas obrigações.

(E) total da soma dos direitos resultar em valor monetário inferior ao da soma dos bens.

2. (2024)

A Estrutura Conceitual da Contabilidade objetiva melhorar a transparência e a qualidade das informações financeiras, permitindo decisões econômicas fundamentadas e responsabilizando a administração. Ela reduz a lacuna de informações, é vital para reguladores e melhora a eficiência econômica global, diminuindo custos de capital e relatórios internacionais para os negócios. Para isso, segundo preceitos do CPC 00, a comunicação efetiva de informações nas demonstrações contábeis requer a(o)

(A) classificação de informações de maneira a separar itens similares e itens diferentes para melhorar a comparabilidade.

(B) concentração em princípios e objetivos de divulgação e de apresentação em vez de concentração em regras.

(C) desagregação de informações, de tal modo que os detalhes sejam divulgados e apresentados para melhor tomada de decisão.

(D) exigência de informações que sejam comparáveis pelo período mínimo de quatro anos de reporte, de período a período, para a entidade que reporta.

(E) fornecimento de informações extensas sobre as transações financeiras, independentemente da relevância, para garantir o princípio do full disclosure.

3. (2023)

Uma entidade que opera no mercado de capitais brasileiro adquiriu um conjunto de ativos que seriam classificados em seu balanço como propriedades para investimento. A entidade avaliou que tanto a adoção do método do valor justo, quanto a do método do custo, forneceria informações relevantes e fidedignas acerca do conjunto de ativos. Uma orientação da Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro em situações dessa natureza é a

(A) adoção da política contábil que resultar em menor custo informacional.

(B) apresentação no balanço dos dois modelos de forma comparativa para avaliação do usuário.

(C) observação das características qualitativas de melhoria da informação no contexto do fenômeno.

(D) opção pela política contábil que gerar desempenho mais favorável para a entidade.

(E) seleção do modelo adotado para reportar fenômenos similares por outras entidades.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (2025)

Um técnico bancário precisa garantir a segurança e a eficiência no uso de computadores com o sistema operacional Windows 11 em uma agência bancária. Durante a instalação e a configuração do sistema operacional, ele é solicitado a habilitar funcionalidades que aumentem a segurança, sem comprometer o desempenho da máquina,

considerando-se que ela realiza grande número de operações bancárias diárias.

Para atingir esse objetivo, na instalação do Windows 11 nesses computadores, o técnico deve configurá-lo de forma a

(A) ativar o Hyper-V e desabilitar o Bit-Locker.

(B) ativar o Modo Desenvolvedor e desabilitar o Controle de Conta de Usuário (UAC).

(C) habilitar a inicialização segura (Secure Boot) e o Windows Defender Firewall.

(D) desativar as atualizações automáticas e utilizar uma solução antivírus de terceiros.

(E) iniciar diretamente no modo de segurança para todos os usuários.

2. (2023)

Um colaborador de uma empresa precisa restaurar uma versão específica de um documento que está sendo editado no aplicativo Word do Microsoft Office 365.

Para verificar as versões do documento que estão disponíveis para a restauração, o colaborador deve selecionar o menu

(A) Arquivo, escolher a opção Histórico e selecionar a opção Controle de Versões.

(B) Arquivo, escolher a opção Sobre e selecionar a opção Controle de Versões.

(C) Arquivo, escolher a opção Informações e selecionar a opção Histórico de Versões.

(D) Revisão, selecionar a opção Controlar Alterações e selecionar a opção De todas as Pessoas.

(E) Revisão, selecionar a opção Controlar Alterações e selecionar a opção Somente as Minhas.

3. (2022)

Suponha que você precise preparar um relatório no Microsoft Word no formato horizontal.

Ao configurar o layout do documento, que estilo de página você deve utilizar?

(A) Padrão

(B) Paisagem

(C) Galeria

(D) HTML

(E) Index

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (2023)

A sucessão de leis penais no tempo pode gerar

(A) abolitio criminis.

(B) extraterritorialidade.

(C) retroatividade em prejuízo do réu.

(D) aplicação simultânea da lei anterior e da lei posterior, ainda que em prejuízo do réu.

2. (2023)

A definição do local e do tempo do crime é de suma importância para determinar se havia ou não lei penal definindo a conduta como típica; o lugar em que a ação penal será processada e o acusado julgado; e qual a legislação aplicável no caso concreto. Em relação à lei penal no tempo e no espaço, com base no Código Penal, marque a alternativa incorreta:

(A) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

(B) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

(C) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, salvo se decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

(D) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

(E) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

3. (2024)

Pierre, cidadão estrangeiro, praticou o delito de estupro em face da brasileira Marina, maior e capaz. O crime foi praticado em Estado estrangeiro, onde há incriminação da conduta, tal como ocorre no Brasil. Passado algum tempo, como o autor do fato e a vítima retornaram ao Brasil, o Ministério Público ajuizou ação penal pública incondicionada em face de Pierre, como incurso nas penas do delito de estupro.

Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa **correta**.

(A) Há o preenchimento das condições de aplicação da lei penal brasileira ao fato ocorrido no exterior; porém, a ação penal depende de representação da vítima.

(B) Há o preenchimento integral das condições de aplicação da lei penal brasileira ao fato ocorrido no exterior, sendo viável a responsabilização do autor do fato.

(C) Não há o preenchimento das condições de aplicação da lei penal brasileira, pois ausente requisição do Ministro da Justiça.

(D) Não há o preenchimento das condições de aplicação da lei penal brasileira, pois o autor do fato é estrangeiro, e a nacionalidade da vítima é indiferente à extraterritorialidade da lei penal brasileira.

(E) A aplicação da lei penal brasileira ao fato independe de qualquer condição, por se tratar de crime praticado mediante violência.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (2024)

A República Federativa Alfa reconhece o Poder Judiciário como um dos poderes independentes da República. Em Alfa há um órgão de acusação independente e diferente do Judiciário, responsável por formular acusações criminais, tendo a iniciativa probatória.

Em Alfa, um acusado seria um sujeito de direitos no âmbito do processo penal, e os princípios democráticos do processo penal, tais como o princípio do Juiz Natural e da presunção de inocência, são reconhecidos.

A partir dos dados fornecidos, o país Alfa adota o sistema processual com traços mais marcantes do sistema

(A) acusatório.

(B) inquisitivo.

(C) misto.

(D) consensual.

2. (2022)

A respeito do princípio do contraditório, é cor**reto af**irmar que

(A) não tem previsão expressa na Constituição Federal, decorrendo de tratados e convenções interacionais a que o Brasil ratificou.

(B) aplica-se somente aos processos judiciais, sendo incabível nos procedimentos administrativos, inclusive no inquérito policial.

(C) garante o direito à informação, seja por intermédio da citação ou da intimação, a fim de que se possa efetivamente participar do processo e do procedimento instaurados.

(D) tem aplicabilidade apenas à defesa, não se cogitando o princípio do contraditório à acusação.

(E) garante que o acusado participe da audiência de instrução, impedindo sua retirada da sala de audiências, nas situações em que a testemunha se disser intimidada com a presença, obrigando a suspensão do ato e posterior realização de forma remota.

3. (2022)

O CPP, do art. 4º ao 23, prevê expressamente algum “recurso” com relação ao inquérito policial?

(A) Sim, ao Poder Judiciário, do despacho que indeferir produção de prova.

(B) Sim, ao Ministério Público, do despacho que indeferir produção de prova.

(C) Sim, ao chefe de Polícia, do despacho que indeferir o requerimento de abertura.

(D) Sim, ao Poder Judiciário, caso não sejam observadas as formalidades atinentes à prova.

(E) Não.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (2022)

Em relação aos princípios fundamentais que regem a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa INC**ORRETA.**

(A) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

(B) A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.

(C) Entre os fundamentos da República Federativa do Brasil, está a dignidade da pessoa humana e a cidadania.

(D) A construção de uma sociedade justa, livre e solidária bem como a garantia do desenvolvimento nacional se enquadram nos princípios do Estado Democrático de Direito.

(E) A defesa da paz, o repúdio ao terrorismo e ao racismo e a cooperação dos povos para o progresso da humanidade constam no rol de princípios que regem o Brasil nas suas relações internacionais.

2. (2022)

Em consonância com as normas constitucionais, trata-se de princípio pertencente às relações internacionais da República Federativa do Brasil:

(A) Liberdade de expressão.

(B) Pluralismo político.

(C) Prevalência dos direitos humanos.

(D) Liberdade de associação.

(E) Livre iniciativa.

3. (2025)

De acordo com a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito,

(A) tendo como objetivos fundamentais, dentre outros: construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicar a pobreza e a marginalização; e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

(B) regendo-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: prevalência dos direitos humanos; garantia do desenvolvimento nacional; não concessão de asilo político,

(C) devendo buscar exclusivamente a integração social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações,

(D) sendo Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Ministério Público da União.

(E) sendo que todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, não sendo possível o exercício do poder diretamente pelo povo.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (2023)

O controle judicial dos atos administrativos é considerado possível pela doutrina e pela jurisprudência nas hipóteses de ofensa ao princípio da razoabilidade e aos atos plenamente vinculados.

A partir dessa informação, assinale a opção em que são apresentados, entre os elementos do ato administrativo, aqueles que, em regra, são considerados discricionários e que somente em hipóteses excepcionais podem ser objeto de controle judicial.

(A) motivo e objeto

(B) forma e finalidade

(C) competência e objeto

(D) forma e competência

2. (2025)

O atributo pelo qual o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei como aptas a produzir determinados resultados é denominado de

(A) autoexecutoriedade.

(B) tipicidade.

(C) imperatividade.

(D) presunção de legitimidade.

(E) presunção de veracidade.

3. (2023)

A Administração Pública, em âmbito federal, descobre, a partir de estudos técnicos, a potencial existência de um campo de exploração de petróleo em área de preservação ambiental. Desta forma, o órgão público competente encomenda, junto à Advocacia Geral da União, a confecção de um parecer sobre a viabilidade jurídica

de se proceder à exploração de petróleo na localidade supracitada. Nesse contexto, dois meses após o pedido, o parecer técnico é devidamente apresentado. Nesse cenário, é correto afirmar que o parecer caracteriza um ato administrativo

(A) enunciativo.

(B) ordinatório.

(C) normativo.

(D) punitivo.

(E) negocial.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

1. (2024)

Sobre o conceito de direitos humanos, suas características e seus marcos documentais, é correto afirmar que:

(A) direitos humanos são aqueles previstos na Constituição e na legislação, enquanto direitos fundamentais são aqueles estabelecidos em convenções e tratados internacionais;

(B) a Declaração Universal de Direitos Humanos proíbe tortura, tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante, salvo nos casos de terrorismo e necessidade da investigação para proteção da coletividade;

(C) a Declaração Universal de Direitos Humanos foi elaborada após o advento da Revolução Francesa, em 1789, passando a servir de referência para declarações de direitos nas sociedades ocidentais;

(D) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às leis complementares;

(E) a Declaração Universal de Direitos Humanos garante que todo ser humano vítima de perseguição tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países, salvo em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

2. (2023)

A doutrina divide os direitos humanos em gerações. Acerca dessa classificação, assinale a opção incorreta.

(A) Primeira geração: Direitos civis e políticos.

(B) Segunda geração: Direitos econômicos, sociais e culturais.

(C) Terceira geração: Direitos de solidariedade.

(D) Quarta geração: Direito ao consumo.

(E) Ainda são controversas a existência e a definição de direitos humanos de quarta e quinta geração.

3. (2023)

É sabido que os Direitos Humanos são divididos em gerações, sendo cada geração destes direitos atrelada a um valor específico. Tomando por base tal premissa, assinale a alternativa correta com relação as mencionadas gerações e seus valores.

(A) A primeira geração dos direitos humanos tem como principais valores a solidariedade e a fraternidade, ao passo que tais institutos são verdadeiros pilares da sociedade, sem os quais não é possível a operacionalização dos Direitos Humanos.

(B) A primeira geração dos direitos humanos tem como principal valor a igualdade, defendendo que a isonomia entre todos os seres humanos é basilar no fomento aos Direitos Humanos.

(C) A terceira geração dos direitos humanos tem como pilar principal a liberdade, posto que apenas com a liberdade do indivíduo, que não deve ser cerceada, é que podemos construir uma sociedade livre, justa e solidária.

(D) A segunda geração dos direitos humanos tem como pilar principal a igualdade e defende os direitos sociais, econômicos e culturais.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

História do Amapá

1. (2026)

Antes da chegada dos europeus à região correspondente ao atual Amapá, diferentes povos indígenas ocupavam a faixa compreendida entre o baixo curso do rio Amazonas e o rio Oiapoque. A respeito da organização econômica e territorial dessas populações, assinale a alternativa correta.

(A) Desenvolviam roçados de mandioca, praticavam pesca, coleta e caça e mantinham redes de troca entre grupos do litoral e do interior.

(B) Concentravam-se exclusivamente na faixa costeira e desconheciam formas de agricultura.

(C) Dependiam fundamentalmente da criação extensiva de animais domesticados.

(D) Organizavam-se em grandes centros urbanos fortificados, sem utilização dos rios como vias de comunicação.

(E) Mantinham atividades econômicas exclusivamente voltadas à mineração de metais.

2. (2026)

Entre os grupos indígenas historicamente associados à região amapaense encontram-se diferentes povos que apresentavam características culturais e linguísticas próprias. Segundo o conteúdo apresentado, é correto afirmar que:

(A) os Palikur desapareceram completamente ainda durante o período colonial.

(B) os povos indígenas da região vinculavam-se exclusivamente ao tronco linguístico tupi.

(C) Aruã, Maracá-Cunani e Tucujú deixaram de existir como unidades étnicas autônomas, enquanto os Palikur permanecem no extremo norte do estado.

(D) todos os povos mencionados possuíam organização política centralizada sob um único governante.

(E) os grupos indígenas evitavam áreas fluviais e estabeleciam suas aldeias apenas em regiões montanhosas.

3. (2026)

A organização social dos povos indígenas pré-coloniais da região amapaense apresentava características próprias e estreitamente ligadas às condições ambientais da Amazônia. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

(A) As aldeias eram subordinadas a autoridades coloniais portuguesas antes mesmo da chegada europeia.

(B) As sociedades indígenas organizavam-se exclusivamente em pequenas famílias nucleares isoladas.

(C) As lideranças eram escolhidas por eleições periódicas segundo instituições políticas formais.

(D) A organização social incluía unidades familiares extensas e lideranças reconhecidas pelo prestígio e pelo conhecimento ritual.

(E) Os rios tinham reduzida importância para a alimentação, o transporte e a comunicação.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Geografia do Amapá

1. (2026)

A localização geográfica do Amapá confere ao estado características territoriais particulares no contexto brasileiro. Considerando seus limites e sua posição no extremo norte da região Norte, assinale a alternativa correta.

(A) O Amapá limita-se ao norte com o Pará e a oeste com o oceano Atlântico.

(B) O estado faz fronteira terrestre exclusivamente com outras unidades da Federação brasileira.

(C) O Amapá faz fronteira com o Pará, com a Guiana Francesa e com o Suriname, além de possuir contato com o oceano Atlântico e com a foz do rio Amazonas.

(D) A fronteira internacional do Amapá restringe-se ao Suriname, não havendo limite com a Guiana Francesa.

(E) O estado não possui fronteira marítima, pois sua porção oriental é inteiramente delimitada por rios.

2. (2026)

Um dos elementos geográficos e simbólicos mais conhecidos da capital amapaense está relacionado à passagem de uma importante linha imaginária pelo território. Sobre o Marco Zero do Equador, assinale a alternativa correta.

(A) Está localizado em Macapá e assinala a passagem da linha do Equador pela capital.

(B) Marca o ponto de encontro entre as fronteiras do Brasil, da Guiana Francesa e do Suriname.

(C) Foi construído para demarcar o Trópico de Capricórnio.

(D) Localiza-se no município de Oiapoque, junto à fronteira internacional.

(E) Indica o ponto mais elevado do relevo amapaense.

3. (2026)

A organização municipal do Amapá atingiu sua configuração atualmente existente durante a década de 1990. Conforme o conteúdo apresentado, qual acontecimento completou a atual divisão territorial do estado?

(A) A emancipação de Santana, em 1987.

(B) A criação de Oiapoque, em 1990.

(C) A incorporação de Laranjal do Jari ao território estadual.

(D) A criação de Vitória do Jari, em 1994, completando o total de dezesseis municípios.

(E) A transformação de Macapá em município autônomo em 1994.

4. (2026)

Em 2017, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística substituiu o antigo modelo de mesorregiões e microrregiões por uma nova classificação territorial. Essa mudança teve como objetivo principal

(A) extinguir a divisão municipal dos estados brasileiros.

(B) considerar com maior precisão os fluxos de deslocamento populacional e de circulação de bens e serviços entre os municípios.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Legislação Institucional

1. (2026)

A Lei nº 14.735/2023 estabelece normas gerais relativas à organização e ao funcionamento das polícias civis brasileiras. Conforme o art. 1º dessa Lei, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma característica institucional das polícias civis.

(A) São instituições permanentes, com funções exclusivas e típicas de Estado, essenciais à justiça criminal e imprescindíveis à segurança pública e à garantia dos direitos fundamentais no âmbito da investigação criminal.

(B) São órgãos temporários, instituídos pelos Estados exclusivamente para auxiliar o Poder Judiciário.

(C) São instituições subordinadas administrativamente ao Poder Judiciário e funcionalmente ao Ministério Público.

(D) Exercem prioritariamente funções de policiamento ostensivo e preservação imediata da ordem pública.

(E) Exercem exclusivamente funções administrativas, sem atribuição para investigação criminal.

2. (2026)

A Lei nº 14.735/2023 disciplina a participação das polícias civis na estrutura nacional de segurança pública. Nos termos de seu art. 2º, as polícias civis:

(A) integram exclusivamente o sistema de justiça criminal, sem participação na governança da segurança pública.

(B) são integrantes operacionais do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e compõem o sistema de governança da política de segurança pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

(C) integram administrativamente o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

(D) estão subordinadas operacionalmente à Polícia Federal.

(E) integram o Susp somente mediante convênio celebrado com a União.

3. (2026)

O art. 3º da Lei nº 14.735/2023 determina que a lei orgânica da polícia civil de cada Estado, do Distrito Federal e de cada Território estabeleça regras específicas, observadas as normas gerais da legislação nacional. Entre as matérias expressamente previstas nesse dispositivo encontra-se:

(A) a definição dos crimes sujeitos à investigação pela polícia civil.

(B) a criação de normas processuais penais de competência exclusiva estadual.

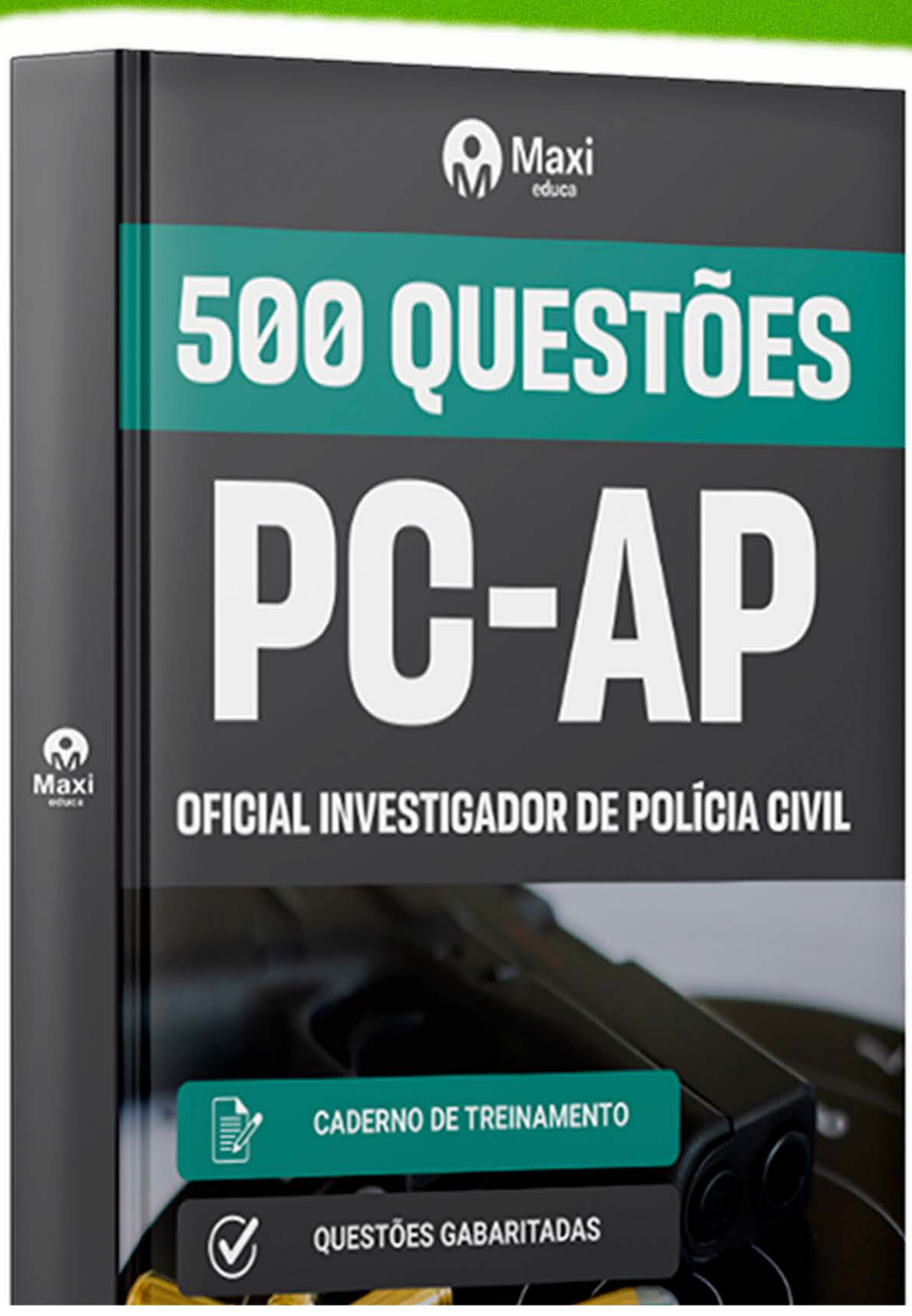
(C) a estrutura, a organização, as competências específicas e o funcionamento das unidades policiais.

(D) a fixação das competências constitucionais do Ministério Público.

(E) a regulamentação das Forças Armadas em operações de garantia da lei e da ordem.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Maxi educa



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!